

Indignação e culpa em cartas do leitor da *Folha de S. Paulo*: um estudo sobre a construção discursiva da tragédia de Santa Maria

Guilt and indignation in Folha de S. Paulo readers' letters: a study about the discursive construction of the tragedy in Santa Maria

Paulo Roberto Gonçalves Segundo *
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: Este artigo propõe, de um ponto de vista representacional e negociativo, descrever e analisar a construção discursiva do incêndio da boate Kiss, em Santa Maria, a partir de um *corpus* de cartas do leitor coletado no jornal *Folha de S. Paulo*, nos dias que se seguiram ao acontecimento. Para tal, utilizam-se os pressupostos teóricos e as categorias analíticas ligadas à Linguística Sistemico-Funcional, com ênfase no estudo da interface entre os estratos léxico-gramatical e semântico-discursivo, em termos das metafunções ideacional e interpessoal. Concluiu-se que prevalecem, nesses textos, os teores crítico e exortativo, marcados por uma alta incidência de *juulgamentos negativos* de *estima* e *sanção social*, voltados à construção de um quadro de *incapacidade*, *descaso* e *falta de ética*, responsável por possibilitar a recorrência de eventos de tal natureza. Em consequência disso, há, nas missivas, evidências da atualização de uma sequência retórico-afetiva de *indignação*, que embasa a construção de diversas cartas, integrando-se aos modelos crítico e exortativo de produção textual.

Palavras-chave: Negociação intersubjetiva; indignação; carta do leitor; avaliatividade.

* Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, Brasil; paulosegundo@usp.br

Abstract: This article aims to describe and analyze, through a representational and negotiative approach, the discursive construction of the fire that took place in the dance club Kiss, in Santa Maria, in January 2013, based on a *corpus* composed by readers' letters published in the newspaper *Folha de S. Paulo* in the days that followed the event. In order to do so, we used theoretical presuppositions and analytical categories related to systemic functional linguistics, focusing on the relation between lexicon-grammatical and discursive-semantic classes in terms of the ideational and interpersonal metafunctions. We concluded that these letters are marked by the prevalence of critical and exhortative text models, marked by a high incidence of *negative judgments* of social *esteem* and *social sanction*, focused on the construction of a frame of *incapacity*, *omission* and *impropriety*, responsible for the recurrence of this kind of events. Thus, there are, in this letters, evidences of the updating of a rhetoric-affective sequence of *indignation* – that supports the conception of several letters – embedded in the critical and exhortative models of textual production.

Keywords: Intersubjective negotiation; indignation; readers' letters; appraisal.

1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade, com o advento das novas tecnologias de comunicação, tem possibilitado formas cada vez mais democráticas e plurais de participação do cidadão na esfera pública. As redes sociais, por exemplo, possibilitam um espaço relativamente aberto para a amplificação de vozes e para a exposição de opiniões, sem que tais posicionamentos sejam submetidos ao forte crivo seletivo das instituições midiáticas, que cerceiam, em maior ou menor grau, a participação do leitor/ouvinte/espectador em suas produções. Não obstante, a grande mídia ainda goza de prestígio e consiste em uma importante fonte de informação e opinião especializada para a população. Por essa razão, é estratégico que a grande imprensa mantenha um canal aberto de participação do consumidor textual em suas publicações, criando, assim, um espaço para a manifestação de vozes consonantes e dissonantes, simulando um espaço público democrático de discussão.

Nesse sentido, as cartas do leitor consistem em um importante gênero opinativo da imprensa, configurando-se em um seção fixa de diversos jornais, como a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*, e de variadas revistas, como a *Veja*, a

Alfa ou a *Piauí*. Como modo de ação discursiva que faz ecoar os posicionamentos do público-leitor, representativo de uma amostra específica da opinião pública de um dado segmento, as cartas do leitor constituem-se em um campo fértil para o embate e a confrontação entre representações sociais dos acontecimentos que transcorrem no país ao mesmo tempo em que, para a mídia, atuam como termômetro de sua própria atividade comunicativa.

O objetivo deste artigo é analisar, a partir de pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday & Matthiessen, 2004) e da Teoria da Avaliatividade (Martin & White, 2005), de que maneira o leitor da *Folha de S. Paulo*, por meio da seção *Painel do Leitor*, de publicação diária, constrói o evento trágico ocorrido em Santa Maria, na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013, no qual cerca de 240 jovens perderam a vida e mais de 100 ficaram feridos, segundo dados do jornal *Zero Hora*¹. O episódio comoveu o país e tornou-se alvo de publicações e comentários em diversas mídias por semanas. Somente na *Folha de S. Paulo*, foram 37 cartas do leitor, num período de tempo que se inicia no dia seguinte ao episódio, 28 de janeiro de 2013, e se estende até o dia 07 de fevereiro.

A análise procurará mostrar, em primeiro lugar, a organização retórico-teleológica das cartas, atentando para o modo de construção crítico e exortativo dos textos. Em segundo lugar, buscar-se-á examinar a construção dos atores sociais que são culpabilizados textualmente pela tragédia e, por fim, focar-se-á a construção da indignação popular diante do acontecimento.

2 O APARATO SISTÊMICO-FUNCIONAL E A ANÁLISE DISCURSIVA

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) consiste em uma teoria que concebe a língua como um sistema aberto, dinâmico, orientado para a ação e para a reflexão, permitindo aos atores sociais construir significados (Matthiessen, 2009) que viabilizem a construção da sua experiência externa e interna e a negociação intersubjetiva de relações sociais e discursivas em uma diversidade de contextos culturais e situacionais (Halliday & Matthiessen, 2004).

Em decorrência de tal posicionamento, a teoria propõe que o texto se constitua no objeto central de investigação, derivando dele a descrição e a análise dos diversos estratos da linguagem. Tais estratos apresentam, por sua vez, uma relação dialética de codificação e realização entre si, de forma que os níveis superiores, de ordem contextual, são responsáveis por impor restrições e

1 <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2013/03/defensoria-publica-protocolara-acao-coletiva-nesta-quarta-feira-em-santa-maria-4087635.html>, consultado em 27 de março de 2013.

viabilizar opções, em maior ou menor grau, relativas ao uso dos recursos linguísticos em situações de interação. Esse filtro atua principalmente nos estratos semântico-discursivo e léxico-gramatical, ligados ao plano do conteúdo, mas também atinge, em graus variados, o nível fonético-fonológico, ligado ao plano da expressão. Nesse sentido, a língua consiste em um potencial de significado a partir do qual os falantes/escritores e os ouvintes/leitores constroem e reconstróem o sentido a partir da depuração seletiva de recursos ligados à diversidade interacional humana.

Por conseguinte, a abordagem considera inválida a dicotomização entre língua como sistema e língua como texto, uma vez que compreende que se trata apenas de graus diferentes de generalização a respeito da dinâmica sociosemiótica (Martin & White, 2005).

A LSF propõe dois contextos relevantes: o cultural, no qual se podem identificar os gêneros discursivos (*genres*)², e o situacional, definido a partir das categorias *campo*, *relações* e *modo*, cuja combinatória de características compõe uma *configuração contextual (CC)* (Hasan, 2009). CC, por sua vez, ativam *registros*, padrões linguístico-discursivos organizados e orientados por recursos inerentes às três metafunções da linguagem – a ideacional, a interpessoal e a textual.

A metafunção *ideacional* relaciona-se à categoria do *campo*, que diz respeito à natureza da ação social e aos objetivos institucionais globais que envolvem uma dada interação. Nesse sentido, uma dada configuração de campo influenciará na escolha de significados ideacionais. Esses, por sua vez, estão mais diretamente envolvidos na configuração de ideologias e de representações sociais. Para este trabalho, trabalhar-se-á com o sistema de TRANSITIVIDADE³, uma vez que a análise de seus recursos permite depreender a configuração linguística dos modos de recortar e conceber a realidade.

Destacam-se, no que se refere a esse sistema, a organização do enunciado em processos *materiais*, *mentais*, *relacionais*, *comportamentais*, *verbais* e *existenciais* (Halliday & Matthiessen, 2004)⁴.

2 Assumo, no que tange a este aspecto, uma concepção semelhante à de Fairclough (2007), que vê o gênero como uma estrutura intrínseca às ordens do discurso, em paralelo aos discursos (ligados às representações sociais) e aos estilos (ligados às identidades). Nesse sentido, defendo que o contexto cultural seja constituído de *formações semióticas*, entendidas de modo similar ao que propõe Fairclough (2010) ou Lemke (2005). Ver Gonçalves Segundo (2011).

3 Trata-se de um aspecto convencional da teoria escrever o nome dos sistemas inerentes à linguagem com letras maiúsculas. Os sistemas citados para cada metafunção provêm das generalizações de Hasan (2009).

4 Para uma exposição sintética e introdutória sobre a transitividade em língua portuguesa, ver Lima-Lopes & Ventura (2008).

Processos *materiais* envolvem algum *input* externo de energia que gere alguma transformação na realidade físico-social. Tais processos envolvem cinco principais participantes: o Ator, responsável pela ativação da ação; a Meta, alvo da ação realizada, o elemento que é afetado pelo *input* de energia; o *Recebedor*, aquele que se beneficia da ação por receber um bem; o *Cliente*, participante que se beneficia por receber um serviço; e, por fim, o *Iniciador*, aquele que incita, permite ou leva o Ator a realizar alguma ação material.

Processos *mentais*, por sua vez, abarcam a codificação da experiência interna e psicológica dos participantes. Sempre envolvem um *Experienciador*, participante consciente cuja experiência é ativada por um dado *Fenômeno*, o que pode ocorrer de forma impingente – quando o *Fenômeno* ativa uma reação psicológica no *Experienciador* – ou emanante – nos casos em que o *Experienciador* ativa uma atitude diante do *Fenômeno*. Tais processos podem ser categorizados em *inferiores*, abarcando as opções de *emoção* e *percepção*, e em *superiores*, que abrangem as categorias de *cognição* e *desideração*.

Já os processos *relacionais* abrangem a codificação de relações abstratas. Trata-se de uma das opções processuais mais complexas. Para este artigo, é de relevância destacar a diferença entre processos relacionais *intensivos atributivos* e *identificacionais*. Processos *intensivos atributivos* envolvem um *Portador*, participante ao qual se predica um *Atributo* que o vincula a uma categoria de seres. Processos *intensivos identificacionais* envolvem um *Valor* (Value) capaz de identificar uma *Ocorrência*⁵ (Token), por meio de uma relação de exclusividade, na qual este último constitui-se no participante que é identificado por instanciar o *Valor*.

Processos *comportamentais* consistem, em geral, em externalizações materiais de processos psicológicos e fisiológicos, constituindo-se em uma zona de intersecção entre os *processos materiais* e *mentais*. Envolve, usualmente, apenas um participante, o *Comportante*, justamente aquele que ativa o comportamento.

Os processos *verbais* envolvem a codificação de ações verbais, de atos de fala, constituindo-se na intersecção entre processos *mentais* e *relacionais*. Trata-se, grosso modo, dos verbos de elocução da Gramática Tradicional, embora não estejam a eles restritos. Abrangem um *Dizente*, participante responsável pela elocução; um *Alvo*, participante que é objeto de um determinado ato de fala; um *Receptor*, aquele a quem uma elocução se dirige; e a *Verbiagem*, o conteúdo do dizer.

5 Costuma-se traduzir, no âmbito da LSF, em Português, o termo *Token* como *Característica*. Compreende-se aqui, entretanto, que tal tradução não descreve adequadamente a função de tal participante. Por isso, opta-se por *Ocorrência*.

Por fim, os processos *existenciais* são responsáveis pela introdução de referentes ou objetos-de-discurso no texto. Apresentam-se na zona de indeterminação entre processos *materiais* e *relacionais*. De modo geral, envolvem um participante, o *Existente*, exatamente aquele cuja introdução como referente no texto é viabilizada pela forma verbal.

A metafunção *interpessoal*, por sua vez, vincula-se à categoria contextual das *relações*, que concerne à natureza das relações sociais entre os participantes no que diz respeito aos papéis assumidos e as diferenças de poder. Por essa razão, a configuração das *relações* influencia na seleção de recursos que envolvem avaliação, modalização, comprometimento. Destacar-se-á, para este trabalho, a AVALIATIVIDADE.

A Teoria da Avaliatividade (Martin & White, 2005) propõe conceber um sistema semântico-discursivo para analisar o posicionamento intersubjetivo dos falantes e dos escritores nos textos, o que está diretamente associado à construção de poder e solidariedade e, por conseguinte, à configuração da autoridade, da credibilidade, da intimidade, da identificação e do comprometimento.

A abordagem abarca três grandes subsistemas: a *atitude*, o *engajamento* e a *gradação*, cujos principais componentes encontram-se sintetizados na tabela abaixo, baseada em Martin & White (2005)⁶:

6 A tradução dos termos referentes às categorias de engajamento seguem White (2004).

Tabela 1. Resumo das principais categorias pertinentes ao sistema de AVALIATIVIDADE

Subsistemas	Categorias pertinentes	
Atitude	Afeto: reações emotivas. Abarca opções graduais, positivas ou negativas, de felicidade, satisfação, segurança e deseabilidade. Ex.: <i>feliz, realizado, preocupado, chorar.</i>	
	Julgamento: avaliações de caráter comportamental. Envolve opções graduais, positivas ou negativas, de estima social (normalidade, capacidade, tenacidade) e sanção social (honestidade e propriedade). Ex.: <i>esquisito, competente, valente, trapaceiro, corrupto.</i>	
	Apreciação: avaliações graduais, positivas ou negativas, de caráter estético, que abarcam impacto e composição, e de valor social. Ex.: <i>bonito, equilibrado, importante.</i>	
Engajamento	Expansão Dialógica: aceitação da validade ou reconhecimento da plausibilidade de alternativas dialógicas.	Consideração: reconhece a possibilidade de alternativas dialógicas. Ex: formas modais Atribuição: discurso relatado direto ou indireto. a. Reconhecimento: a voz autoral relata, de forma neutra, a alternativa dialógica. Ex.: verbos <i>dizer, falar, comentar.</i> b. Distanciamento: voz autoral não valida o discurso relatado. Ex.: verbos <i>alegar, ouvir dizer.</i>
	Contração Dialógica: rejeição parcial ou total de alternativas dialógicas.	Refutação: anula alternativas dialógicas a. Negação b. Contra-expectativa. Ex.: operadores concessivos e adversativos. Declaração: rejeição parcial de alternativas dialógicas a. Concordância: constrói leitor/ouvinte que partilha da posição autoral. Ex.: expressões como <i>É óbvio que, evidentemente.</i> b. Afirmação: constrói leitor/ouvinte como portador de um posicionamento em polemicidade com o autoral. Ex.: Expressões como <i>A verdade é que, O fato é que.</i> c. Endosso: forma de discurso relatado em que a voz autoral valida e ratifica o discurso de outrem. Ex.: verbos <i>mostrar, provar.</i>
	Força: recursos de quantificação e intensificação voltadas a categorias graduáveis. Ex.: <i>muitos amigos, poucos objetos; tanta alegria.</i> Foco: recursos de acentuação ou amenização de categorias não graduáveis em termos de aproximação ou distanciamento em relação a um protótipo. Ex.: <i>verdadeiro amigo.</i>	

Por fim, a metafunção *textual* relaciona-se à categoria contextual *modo*, que diz respeito à canalização da comunicação e ao suporte, assim como ao grau de participação direta ou indireta, uni ou bidirecional dos atores sociais, em uma dada interação. Seus recursos vinculam-se à construção da tessitura, integrando os significados ideacionais e interpessoais em um fluxo discursivo coeso, coerente, temática e informacionalmente relevante, viabilizando a criação multifuncional da oração (*clause*). Destacam-se os sistemas de Tema-Rema e Dado-Novo⁷.

Isso posto, passar-se-á aos comentários acerca do gênero carta do leitor, com especial atenção à sua configuração na *Folha de S. Paulo*.

3 CARTAS DO LEITOR

Segundo Bazerman (2005), a origem das cartas, no mundo ocidental, pode ser remontada à Antiguidade. Tanto a sociedade grega quanto a romana e a helênica já se valiam do gênero epistolar para formas de comunicação pública e privada.

À medida que as relações sociais e políticas ficam mais complexas, e as demandas econômicas, mais prementes, o diálogo entre nações e instituições se torna cada vez mais necessário e, nesse sentido, as cartas acabam por se constituir em um gênero de discurso de ampla produção e distribuição, passando a apresentar especificidades referentes à temática, à esfera e, especialmente, ao estilo, uma vez que diferentes atores sociais, em posicionamentos hierárquicos distintos, requisitavam formas específicas de endereçamento e de construção discursiva.

Atualmente, o gênero *carta pessoal* vem perdendo espaço para as formas mais imediatas de interação viabilizadas pela comunicação mediada pelo computador (CMC). Entretanto, em âmbito institucional, as missivas ainda mantêm sua importância, mesmo que, em muitos casos, o suporte tenha deixado de ser o papel e passado a ser o eletrônico⁸.

7 Os recursos da metafunção textual não serão foco de análise neste artigo; portanto, não se fará uma exposição pormenorizada de seus subsistemas. Entretanto, deve-se ressaltar que o sistema de Tema-Rema é concebido como orientado ao falante, de modo que o Tema é entendido como o ponto de partida escolhido como relevante pelo próprio produtor para a organização do seu enunciado. A oposição Dado-Novo, por sua vez, é compreendida como orientada ao ouvinte, de forma que o Novo consiste no segmento do enunciado que o falante concebe como desconhecido ou focal para o interlocutor. Nesse sentido, a forma não marcada consiste no sincretismo entre Tema e Dado, por um lado, e entre Rema e Novo, por outro. Para maiores detalhes, ver Halliday & Matthiessen (2004).

8 Não se pretende discutir se *e-mail* e carta constituem-se em um mesmo gênero com suportes diferentes ou se configuram gêneros diferentes. Entretanto, é plausível conceber uma relação de proximidade configuracional, temática e estilística entre eles.

Na imprensa escrita atual, o espaço para a mobilização da voz do leitor tem se ampliado, com a possibilidade de notícias, reportagens, artigos e editoriais receberem comentários diretos do leitor, por meio do *site* do periódico. Não obstante, os jornais ainda tendem a manter um espaço reservado para a publicação de cartas do leitor em seus cadernos principais.

Segundo Melo (2003), tal modalidade de carta consiste em um recurso para que o cidadão possa expressar seus pontos de vista, suas reivindicações e suas emoções, contribuindo para o debate público acerca da realidade política, social, cultural e econômica do país. Entretanto, sabe-se que tal participação é mediada pelo crivo editorial do jornal, que não somente seleciona aquilo que deve ser publicado, como também edita, em muitos casos, o conteúdo da própria carta.

O autor ainda menciona que um dos grandes alvos dessas missivas consiste no Estado e destaca quatro grandes grupos de leitores que escrevem ao jornal: a. *as autoridades*, que buscam exaltar ou corrigir determinadas informações publicadas no veículo; b. *os perfeccionistas*, que exigem reparações do periódico quanto a possíveis erros ou omissões em reportagens ou notícias; c. *os lesados*, os quais denunciam dada realidade negativa ou se lamentam acerca de um determinado evento que os tenha prejudicado; d. *os anônimos*, que, sem identificar-se, buscam ter suas opiniões veiculadas no jornal.

Na grande imprensa, como na *Folha de S. Paulo*, predominam fundamentalmente os leitores que visam a intervir no debate público, posicionando-se valorativa e argumentativamente acerca de algum tema polêmico da realidade. Na imprensa escrita de bairro paulistana, por exemplo, já se destacam textos que apresentam queixas e reclamações concretas acerca de serviços inadequados realizados pelo Estado ou por instituições privadas.

No caso do *corpus* em análise, as cartas, que abarcam a tragédia de Santa Maria, configuram-se em textos de caráter avaliativo e argumentativo, que oscilam entre o polo negociativo crítico e exortativo, construindo um quadro de indignação diante de um descaso generalizado governamental – e também populacional – que viabiliza a ocorrência reiterada, mas potencialmente evitável, de eventos similares.

4 ANÁLISE DO CORPUS

4.1 Considerações metodológicas

O *corpus* desta pesquisa constitui-se de 37 cartas ao leitor publicadas entre os dias 28 de janeiro e 07 de fevereiro de 2013, sob a rubrica *Tragédia no Sul*, no jornal *Folha de S. Paulo*, à página A3, do Painel do leitor, de veiculação diária. Todas

as cartas apresentavam a identificação do autor, seguida da localidade de onde escreve e, no caso de especialistas ou de figuras políticas, da profissão exercida ou do cargo ocupado⁹.

Os textos foram alvo tanto de análise quantitativa, realizada por meio do *software UAM Corpus Tool*, quanto de análise qualitativa, de modo a se poder apreender os padrões ideacionais e interpessoais de destaque na configuração desses textos.

O *software* permite a criação de sistemas de oposições paradigmáticas, permitindo a contabilização de ocorrências dos recursos selecionados em face de variáveis dependentes sociais ou discursivas, criando tabelas de contagem absoluta e relativa, tanto em termos percentuais quanto em termos de densidade relativa por conjunto de 1000 palavras. Neste trabalho, a variável dependente escolhida para a análise foi o modo de negociação intersubjetiva.¹⁰

4.2 A negociação intersubjetiva nas cartas do leitor

Denomina-se negociação intersubjetiva o fenômeno discursivo-interacional de natureza acional, inerente às mais distintas práticas sociossemióticas, responsável pelo contínuo processamento do posicionamento dos participantes nos eventos e nas práticas sociais em coordenadas de *poder e solidariedade*. Nesse sentido, ela envolve a mobilização de regras e recursos semióticos e materiais capazes de viabilizar a formação de padrões de autoridade, comprometimento, credibilidade e identificação entre as instâncias comunicativas, que, por sua vez, estão diretamente relacionados à coesão retórico-teleológica dos gêneros. De um ponto de vista linguístico, ela envolve diversos padrões da metafunção interpessoal, consistindo em um nível de instanciação inferior ao gênero discursivo, e realizada a partir de padrões de avaliatividade, envolvimento e função discursiva.

Dentre as cartas associadas à temática em análise, destacaram-se dois grandes modos negociativos – o crítico, representado em 22 textos, e o exortativo, verificado em 11 –, muito embora tenha havido, também, 2 exemplares de cartas exaltativas e informativas, mostrando um padrão distribucional próximo ao que Gonçalves Segundo (2011) verificara no que se refere aos editoriais da imprensa de bairro paulistana, gênero também opinativo, mas de caráter fortemente institucionalizado, em que também predominaram os textos críticos e exortativos.

9 Para a análise dos dados, entretanto, optou-se por omitir a identificação do escritor e apenas mencionar seu gênero social (*gender*).

10 Devido aos objetivos do artigo, contudo, os resultados referentes à análise quantitativa não serão ressaltados.

Textos críticos associam-se ao polo do convencimento e apresentam uma avaliação negativa constitutiva do *status quo*, em geral, com forte incidência de *juízos negativos*, enunciados monoglóssicos¹¹ ou *dialogicamente contraídos* como formas de marcar, explicitamente, a condenação ou o repúdio autoral em relação aos acontecimentos enunciados. Além disso, apresentam baixo teor de comandos e, quando ocorrem, não costumam constituir-se em solução para a situação-problema enunciada. Não raro, tais comandos são metaforizados gramaticalmente em termos de modalidade deôntica média ou baixa, matizando o teor autoritário. A carta abaixo apresenta-se como um exemplo de tal modo negociativo¹²:

- (1) Existem leis e normas de segurança que mostram como fazer e dimensionar saídas de emergência que deveriam ser seguidas, **mas não são**. Também deveriam ser usados materiais de construção e de acabamento incombustíveis, que existem, **mas não são utilizados** porque são mais caros e, assim, construtores e proprietários de imóveis fazem “*economia porca*”. Quando ocorre uma *tragédia*, fala-se em mudar a legislação, criar leis federais etc. Tudo *besteira*. O que falta é obedecer às normas e uma fiscalização *séria, sem tolerância*. **Não** há necessidade de mais leis. (Homem, 30.01.2013, São Paulo, SP)

O texto inicia-se por meio de um processo existencial que introduz uma das situações-problema de maior destaque no corpus: a incompatibilidade entre a teoria e a prática, atualizada, no caso, pela contraposição da modalidade deôntica – deveriam ser seguidas –, que marca um posicionamento autoral de obrigação diante do cumprimento das leis e das normas em face de uma alternativa dialógica que prevê o descaso em relação à legislação, posicionamento este construído exatamente como aquele que ocorre na prática – **mas não são** –, em uma estratégia de *contração dialógica* dupla, que instaura *negação* e *contra-expectativa*. Por meio desse procedimento, a voz autoral denuncia, por invocação, uma prática humana de *impropriedade*, na medida em que os atores sociais – apagados pela construção passiva que generaliza o descumprimento – optam por não seguir as leis, atitude antiética da qual resulta o evento trágico.

De modo análogo, o trecho seguinte, introduzido pelo marcador coesivo *também* estende a mesma invocação de julgamento negativo a outra prática – a

11 Denominam-se monoglóssicos os enunciados que simulam a anulação da heterogeneidade constitutiva, ou seja, do interdiscurso. Em geral, são marcados pela polaridade positiva e pelo Presente do Indicativo. Fairclough (2007) concebe tais enunciados como modalizados categoricamente.

12 Grifos representam instâncias de expansão dialógica; negritos assinalam contração dialógica. Itálicos, por sua vez, marcam a atualização de atitudes inscritas.

não utilização esperada de materiais incombustíveis. Veja-se o excerto: Também deveriam ser usados materiais de construção e de acabamento incombustíveis, que existem, **mas não são utilizados** porque são mais caros e, assim, construtores e proprietários de imóveis fazem “*economia porca*”.

Note-se que a voz autoral inclui uma oração hipotática não definidora (subordinada adjetiva explicativa)¹³ – *que existem* – entre as construções de *expansão* e *contração dialógica*, em uma estratégia que visa a instruir o leitor a respeito de algum dado que ela julga, em teoria, não ser do seu conhecimento, o que permite inferir uma potencial tentativa de desconstruir um posicionamento alternativo que isentasse de culpa os infratores pela inexistência de meios adequados para evitar a tragédia.

A própria justificativa que se segue – **porque são mais caros** – associada à avaliação negativa de *impropriedade* – “*economia porca*” –, escrita entre aspas, revelando um *distanciamento* autoral por *expansão dialógica*, exponencializa o *juízo* negativo, uma vez que se constrói, de forma subjacente, a representação de que o financeiro se constitui em um valor superior à vida. Tal discurso é reiterado no *corpus* e constitui-se em uma construção ideológica relativamente cristalizada acerca da mentalidade empresarial, atuando, portanto, como uma das explicações para a reincidência de desastres, o que permite vincular o empresariado a uma avaliação de *impropriedade*. Neste texto em particular, a condenação é direta, uma vez que a voz autoral constrói, explicitamente, os empresários como Ator do seguinte processo material: [...] construtores e proprietários de imóveis fazem “*economia porca*”. Veja-se, ademais, que a negociação é realizada por meio de um verbo no Presente do Indicativo com modalidade categórica (Fairclough, 2007), manifestando máxima adesão autoral em relação ao processo, o que acentua o tom de crítica e condenação.

Na sequência, a voz autoral, por meio de uma oração hipotática de intensificação temporal (subordinada adverbial temporal), contextualiza o evento verbal enunciado na oração primária que se segue. Nela, a voz autoral constrói um sujeito indeterminado, calcando a responsabilidade modal dialogicamente expandida na sociedade em geral – fala-se em mudar a legislação, criar leis federais etc. –, o que abre espaço para a negociação de uma posição autoral em disjunção. Tal espaço é ocupado por uma forte *apreciação negativa de valor social* – Tudo *besteira* –, que contamina a proposta de criação de leis e permite invocar um julgamento de *incapacidade* em relação àqueles que a defendem, dado que o simples ato de

13 A fim de evitar as dificuldades inerentes às especificidades terminológicas da abordagem sistêmico-funcional, buscar-se-á, sempre que possível, utilizar, em paralelo, a NGB a fim de facilitar a compreensão de dadas categorias.

falar sobre, de natureza semiótica e não prática – uma projeção, em outros termos – já é dado como irrelevante ou errado – *besteira* –, ou seja, como uma atitude advinda de um agente social incapaz, destituído de discernimento.

Depreende-se, portanto, que a crítica excede o mero acontecimento e se estende à própria população, cuja atitude genérica de falar sobre mudanças legais se associa à *capacidade negativa*. Tal associação é motivada pelo contexto temporal de *tragédia*, rótulo referencial atribuído ao acontecimento de Santa Maria, que, apresenta, a ele sincretizado, um valor *afetivo* de *infelicidade*. Desse modo, pode-se inferir que se realiza uma associação implícita entre o contexto de *afetividade* negativa e a proposição de novas leis, o que, segundo a voz autoral, carece de razão, conforme se explicita no último enunciado do texto, dialogicamente contraído – *Não há necessidade de mais leis*.

Tal posicionamento, entretanto, parece chocar-se com o senso comum, o que, inclusive, pode ser comprovado pela comparação com outras cartas que revelam justamente um clamor por tais mudanças legais. Logo, a afirmação requisita justificação, o que, de fato, ocorre. Segundo Reboul (2004), apenas se justifica aquilo que se pressupõe haver discordância. Em termos de avaliatividade, pode-se explicar tal fato dialogicamente, uma vez que a justificativa se associa a uma avaliação ou representação autoral concebida como alternativa em relação a um determinado posicionamento hegemônico. Por tal razão, o novo posicionamento necessita de explicação a fim de minimizar ou anular a representação ‘dominante’ – em relação à qual se pressupõe a complacência do leitor – de modo a aumentar, potencialmente, a adesão à nova concepção. A justificativa pode ser encontrada no enunciado a seguir – *O que falta é obedecer às normas e uma fiscalização séria, sem tolerância*.

A estratégia autoral destaca-se em termos da metafunção textual, na medida em que o autor se vale de um *equativo temático* para realizar o enunciado. A construção é formada por um processo relacional intensivo identificativo no qual o Valor (*value*) pode ser identificado com a construção *O que falta*, e a Ocorrência (*token*), com *obedecer às normas e uma fiscalização séria, sem tolerância*. Equativos temáticos permitem uma reversão da estrutura Tema-Rema, criando uma associação de exclusividade entre Valor e Ocorrência, de modo acabam associados ao Valor apenas as opções enunciadas, o que, de fato, exclui a criação de novas leis. Nota-se, ademais, que o missivista se vale de dois julgamentos – *sério e sem tolerância* –, relacionados à *propriedade* e à *tenacidade*, que representam seu ideal autoral – aquilo que *deveria ser, mas não é*, implicitando, assim, um *julgamento negativo* do *status quo* – no que tange ao modo de ação do poder público (*fiscalização*).

Veja-se, portanto, que o produtor constrói uma solução para a situação -problema, mas não a apresenta como um comando. Ele diagnostica e denuncia,

mas não incita. Nesse sentido, trata-se de um texto que parece associar-se, primariamente, ao convencimento do leitor acerca da necessidade de uma atuação fiscal e empresarial de *propriedade* em vez de uma nova legislação, e não, com alguma mobilização prática direta que objetive a alguma ação material que modifique a realidade externa. Tal incitação é, entretanto, o cerne dos textos de teor exortativo, conforme se verifica abaixo:

- (2) A anunciada varredura, pelas prefeituras, em boates, restaurantes e casas de espetáculo Brasil afora, em razão da *tragédia* de Santa Maria, é necessária, mas não basta. É preciso que NÓS, USUÁRIOS DESSES ESTABELECIMENTOS, além de cobrarmos das autoridades a sua *devida* fiscalização, procuremos boicotar a frequência nos locais em que, para qualquer leigo, **é perceptível não haver** o mínimo de segurança em caso de acidente. Somente essa *proflática* atitude de consumidor dará solução *realista* a esse *irresponsável* comportamento de empresários que ameaçam a segurança dos que circulam em tais estabelecimentos. (Homem, RJ, 30 jan. 2013)

Nesta missiva, a voz autoral propõe atitudes práticas, realizadas por meio de opções do sistema de FUNÇÃO DISCURSIVA: comando¹⁴, a fim de incitar alguma mudança no quadro problemático construído. Trata-se, inclusive, de uma característica central do texto exortativo construir uma situação-problema, em geral avaliada negativamente, para a qual uma solução é proposta e incitada por meio de um comando imperativo, modal ou metaforizado, que atue no sentido de resolver o conflito.

Assim, é possível verificar que a voz autoral instiga uma postura prática dos leitores, com os quais busca se vincular por meio da primeira pessoa do plural (em *VERSALETE* no texto), comprometendo-se junto a esse grupo, em uma estratégia de envolvimento, que, em teoria, aumenta o grau de adesão por identificação.

Note-se, entretanto, que a construção exortativa apresenta-se sob a forma de uma modalidade objetiva explícita: É preciso que. Tal estratégia constitui-se em um recurso das opções sistêmicas da metafunção interpessoal que permite ao ator social calcar a relação de obrigação na sociedade, em um interdiscurso de senso comum, relativo, no caso, a uma noção de *propriedadelética* genérica, a partir da qual se torna válida uma atitude – o boicote – que vise à materialização da segurança coletiva, aspecto *afetivo* que permeia a carta como um todo.

14 Os dois-pontos sinalizam uma relação entre uma condição de entrada no sistema e uma opção mais refinada inerente àquele mesmo sistema. No caso, o comando é uma das opções relativas à função discursiva da oração.

Nesse sentido, é possível depreender que a estratégia autoral caminha em duas mãos: por um lado, calca a obrigatoriedade no social, objetivando a fonte do comando e, por outro lado, inclui-se no enunciado a partir da primeira pessoa do plural, estendendo o alcance da incitação a si mesmo e ao público-leitor, promovendo maior solidarização. Assim, a voz autoral legitima o comando pelos valores sociais e, simultaneamente, incita a participação do leitor pela inclusão identificatória das instâncias comunicativas na realização da exortação.

A carta valoriza justamente a ação evidenciada no comando, uma vez que constrói a atitude de fiscalização da prefeitura como válida, porém insuficiente. Veja-se: A anunciada varredura, pelas prefeituras, em boates, restaurantes e casas de espetáculo Brasil afora, em razão da *tragédia* de Santa Maria, é necessária, mas não basta

Tem-se, no enunciado em questão, um epíteto interpessoal – anunciada – que atua como mecanismo de *expansão dialógica*, trazendo, ao texto, a voz institucional da prefeitura como fonte da prática de varredura dos estabelecimentos citados. Note-se que a voz autoral procede a uma estratégia de extensão espacial da prática nominalizada, ampliando seu escopo ao país, o que, em teoria, corresponderia – e corresponde, para a missivista, mediante sua validação deontica, realizada por meio de um processo relacional intensivo atributivo, *é necessária*, cuja forma agnata mais próxima poderia ser *deve-se varrer*¹⁵ – a uma atitude válida e abrangente em termos de julgamento social. Entretanto, a solução é construída, pela voz autoral, não na instância governamental, mas sim, na instância individual, conforme a estrutura de *contração dialógica* por *contra-expectativa e negação* permite entrever – *mas não basta*.

A proposta exortada é elaborada e merece atenção – É preciso que NÓS, USUÁRIOS DESSES ESTABELECIMENTOS, além de cobrarmos das autoridades a sua *devida* fiscalização, procuremos boicotar a frequência nos locais em que, para qualquer leigo, **é perceptível não haver** o mínimo de segurança em caso de acidente.

Primeiramente, a voz autoral realiza uma atividade de aposição, estabelecendo uma relação lógico-semântica de elaboração, que permite especificar em que sentido se compreende a primeira pessoa. Assim, o enunciatador deixa claro que dialoga com o papel de consumidor do público-leitor – [...] *nós, usuários desses estabelecimentos, [...]*. O comando em si opera em duas frentes: a primeira se relaciona a cobrar a fiscalização adequada dos estabelecimentos, o que permite inferir sua ineficiência presente, invocando um julgamento negativo de *propriedade* no que tange às autoridades; a segunda, por sua vez, envolve o ato direto de não

15 Uma forma agnata corresponde a uma reformulação parafrástica de um enunciado que funciona como instrumento analítico do pesquisador para a depreensão de nuances de significado.

frequentar estabelecimentos inseguros. Tal aspecto do comando é vastamente matizado por operações enunciativas.

Em primeiro lugar, o verbo *boicotar* encontra-se sob escopo da forma *procuraremos*, de modo a evitar uma possível leitura de resistência associada a autoritarismo, na medida em que constrói o não frequentar como um objetivo a ser cumprido, e não, como uma necessidade. Além disso, restringe a atitude a um tipo específico de estabelecimento: aquele que, *para qualquer leigo, é perceptível não haver o mínimo de segurança em caso de acidente*.

Note-se que a construção é extremamente seletiva. A adjunção da circunstância de PROJEÇÃO: ângulo – *para qualquer leigo* – cria um contexto específico para a compreensão da percepção de segurança, uma vez que leigos não são preparados, em geral, para notar problemas sérios dessa natureza, o que requisita conhecimento técnico. Assim, pressupõe-se que o problema seja, realmente, visível. Posteriormente, a estrutura encaixada *não haver o mínimo de segurança* restringe ainda mais o ato de boicote a um tipo específico de situação: aquela em que o estabelecimento não corresponde a nenhum critério básico de segurança, implicando um julgamento pleno de *impropriedade*, que antecipa a construção do empresário irresponsável que será atualizada na sequência. Em outros termos, o alvo é o empresário prototipicamente antiético.

Assim, a voz autoral cria um comando cuja solução passa pela ação individual tanto no plano da cidadania – embora tal papel não fique explícito na construção do missivista –, no sentido de exigir das autoridades uma postura ética, quanto no plano de consumidor, no tocante a requisitar dos empresários mudanças em seu comportamento, tendo em vista que a conscientização do cliente materializada em boicote levaria a uma queda na receita daqueles, motivando-os a mudar. Nesse sentido, a voz autoral acaba invocando o próprio discurso da superioridade do financeiro sobre o humano – já mencionado – como forma de subvertê-lo.

Por fim, o recurso de gradação *somente*, que tem como escopo o grupo nominal *essa profílica atitude de consumidor*, ratifica a posição autoral de que a solução advém exclusivamente da postura individual, à qual o enunciado atribui a capacidade preventiva. Assim, torna-se nítida a razão pela qual a missivista constrói a varredura governamental como insuficiente: é o consumidor que detém o poder da mudança, mudança esta construída como *solução realista*, em uma avaliação que revela uma *apreciação positiva de valor social*, no que tange aos problemas acarretados pela *impropriedade* empresarial, responsável por impingir o *afeto negativo* de *insegurança* nos clientes. Por conseguinte, vincula-se, no texto, a *impropriedade* à *insegurança* e à *infelicidade*, associação que percorrerá outros textos do conjunto de cartas publicadas pela *Folha*.

4.3 A construção discursiva da culpa

Um dos principais aspectos a se destacar no conjunto de cartas do leitor publicado pela *Folha de S. Paulo* a respeito da tragédia de Santa Maria consiste na construção discursiva do comportamento dos agentes potencialmente responsáveis pela ocorrência do incêndio na boate Kiss.

Os culpados subdividem-se em dois grupos principais:

1. os atores sociais diretamente envolvidos: donos da boate, banda e seguranças;
2. os atores sociais indiretamente envolvidos, subcategorizados em dois conjuntos:
 - a. poder público: fiscais, governo, dentre outros;
 - b. população.

Inicialmente, é importante ressaltar que os agentes materialmente envolvidos no incêndio propriamente dito, ou seja, os participantes diretos, são aqueles que recebem menor índice de culpabilidade. Desses, destacam-se os seguranças, que são apontados como responsáveis em duas cartas. Veja-se um exemplo:

- (3) Trabalho com feiras e sei o tipo de seguranças que esses empresários usam: são uns *ignorantes de terno* que se acham “autoridades”. Treinamento nem passa perto, por isso alguém na *confusão* deve ter falado que as pessoas estavam saindo sem pagar. Os seguranças, **claro**, fecharam as portas. Agora vão aparecer políticos dizendo que é preciso mudar a lei etc. Mas e os mortos? Quem pagará por isso? (Homem, São Paulo, SP, 28 jan. 2013)

O missivista constrói um texto que calca em si mesmo a fonte das avaliações construídas, assumindo, explicitamente, a primeira pessoa. Veja-se que ele se apresenta como autoridade por experiência – *trabalho com feiras* – e por conhecimento – *sei o tipo de seguranças que esses empresários usam* –, apresentação esta que lhe garante, potencialmente, o direito de avaliar e esquadrinhar a realidade em questão.

Note-se que o enunciado inicial apresenta uma condenação indireta aos empresários, ativada, implicitamente, pelo uso do dêitico *esses* que remete a uma subcategoria desse grupo – aqueles que permitem que tragédias aconteçam, ou seja, os que contratam qualquer tipo de segurança e que não zelam pelo bem-estar de seus clientes. Em outros termos, invoca-se um *juízo de propriedade negativo*, relacionado à falta de ética ou corrupção.

A elaboração do tipo de seguranças deixa explícita a sua *capacidade negativa*, por meio de um processo relacional intensivo atributivo, no seio do qual

se atualiza uma oração adjetiva restritiva – [os seguranças] são uns *ignorantes de terno* que se acham “*autoridades*”.

O julgamento *ignorantes de terno* aponta para a *incapacidade* e, concomitantemente, para a contradição entre o uso da vestimenta – associada a profissões em que há formação específica e trabalhos com alto valor social e respeitabilidade – com a constatação da falta de conhecimento e de tato dos agentes que a portam. Além disso, a voz autoral postula que tais atores sociais se projetam como “*autoridades*”, entre aspas, o que aponta para um *distanciamento* em face de tal representação da realidade.

A estrutura do enunciado é significativa, na medida em que os seguranças são construídos no campo da ilusão: eles parecem – e até acreditam que são *autoridades* –, mas, na verdade, não o são. A *expansão dialógica* é exacerbada, uma vez que a forma verbal *achar-se* já aponta para um posicionamento distanciado em que são os seguranças que se responsabilizam pelo julgamento, viabilizando a emergência da alternativa diferenciada. As aspas apenas exponencializam o efeito, já que a voz autoral explicita que não compartilha de tal posicionamento, reservando-o aos agentes construídos como *ignorantes* e, portanto, desautorizando suas representações e avaliações.

A construção do despreparo continua e é textualmente marcada – Treinamento nem passa perto – uma vez que o Novo é deslocado para a posição temática e o Rema encontra-se impessoalizado, apresentando um processo *material* de deslocamento/movimento no qual o Ator *seguranças* é omitido. Tal estratégia colabora para destacar a *incapacidade* e, nesse sentido, reforçar o grau de culpabilidade desse grupo social, efeito que é ainda intensificado pelo uso da partícula negativa *nem*, associada ao advérbio *perto*.

O excerto seguinte fecha a condenação desses atores sociais – [Treinamento nem passa perto], por isso alguém na *confusão* deve ter falado que as pessoas estavam saindo sem pagar. Os seguranças, **claro**, fecharam as portas.

Note-se que a voz autoral estrutura um nexos oracional *paratático* de *resultado* (coordenada conclusiva) que culmina no ato de fechar as portas, logo após a construção da *incapacidade* dos agentes retratados. Trata-se de aspecto significativo que merece ser pormenorizado.

O missivista explicitamente constrói *os seguranças* como Ator do processo *material* de fechar, cuja Meta são *as portas*. Esse processo é construído, sob o escopo de um *adjunto modal* – *claro* – que instaura CONTRAÇÃO DIALÓGICA: CONCORDÂNCIA, na medida em que gera um efeito de sentido ligado à pressuposição de adesão prévia do consumidor textual ao posicionamento autoral, praticamente anulando o espaço de aceitabilidade de alternativas dialógicas.

Observe-se que tal resultado é construído como uma consequência associada a uma situação hipotética genérica – alguém na *confusão* deve ter falado que as pessoas estavam saindo sem pagar. A estrutura acentua o grau baixo de treinamento, na medida em que se associa o ato de fechar as portas, atitude que gerou uma exponencialização das vítimas, ao fato de os seguranças terem, supostamente, se orientado pelo dizer de um indivíduo qualquer. O Dizente, a quem se imputa a ação de *falar*, processo *verbal*, constitui-se em um participante não específico – *alguém* –, a quem a voz autoral não identifica, podendo tratar-se de um agente com ou sem poder no que se refere à atuação dos seguranças. Além disso, o próprio processo *verbal* está integrado a um grupo de valor *epistêmico*, construindo *probabilidade*, revelando que o produtor não se compromete com tal proposição, apesar de calcar nela o gatilho para o ato de fechar as portas, construído como evidente em si mesmo, dada a *incapacidade* já mencionada. O motivo para tal atitude encontra-se novamente no financeiro e parte da premissa de que o segurança não deveria permitir que pessoas saíssem da boate sem sanarem suas contas. Nesse sentido, o *juízo* *invocado* é o de *discernimento negativo*, gerado pelo *despreparo*, dois valores de *incapacidade* que imputam a esses agentes sociais parcela da culpa pelo ocorrido.

Outros agentes diretos também são culpabilizados: é o caso dos donos da boate e da banda, conforme se pode observar na carta abaixo, que também estende a condenação ao poder público:

- (4) Mais uma *tragédia* atinge jovens. Centenas de mortos. Culpa pelo *infausto*? Sim, muita culpa. Culpa da banda que usou fogos de artifício no palco. Culpa dos donos da boate que construíram o espaço de lazer com material combustível e permitiram o uso dos fogos de artifício no palco.

Culpa das autoridades que autorizaram a construção do local sem as necessárias cautelas. Culpa dos fiscais que **não** fiscalizaram. Há muitos culpados. Devem todos ser processados. Para que **não** se repitam coisas semelhantes, boates e casas de espetáculos de todo o país deveriam ser fechadas para uma reavaliação de suas medidas de segurança. (Homem, São Paulo, SP, 28 jan. 2013)

Menos explicitamente avaliativa que as anteriores, esta carta, publicada no dia seguinte à tragédia, atribui culpa a um grande número de agentes sociais. Inicialmente, deve-se observar que os *jovens* são construídos como Meta de um processo *material* cujo Ator consiste em *mais uma tragédia*. O termo *tragédia* encontra-se fortemente associado a valores *afetivos negativos* e consiste em um evento que se impõe à Meta. Nesse sentido, os *jovens* são construídos como agentes inertes que nada podem fazer em relação ao rigor *negativo* do Ator. Note-se,

además, que o quantificador *mais uma* constrói o incêndio na boate Kiss não como um evento único, mas como uma nova instância de uma condição contínua, ou seja, como mais uma tragédia dentre várias que já ocorreram. Como corolário, a vitimização do jovem é exponencializada.

Tal processo de vitimização atua como *background* para uma nova construção: a da culpa generalizada. Para se compreender a estrutura, expõem-se, a seguir, duas formas agnatas possíveis da primeira construção: *A banda tem culpa, porque usou fogos de artifício no palco* ou *A banda é culpada, uma vez que usou fogos de artifício no palco*. Veja-se, portanto, que, a despeito da ausência de pontuação, a voz autoral constrói relativas explicativas, uma vez que elas justificam a atribuição de culpa à banda.

A ausência de um grupo verbal associado à expressão *culpa da banda* pode acarretar uma interpretação de que não se trata de um nexos oracional; entretanto, é bem possível inferir que o sintagma *culpa de x* estaria sob escopo de uma forma verbal *relacional* elíptica subjacente – É culpa da banda. Entretanto, o que se deve destacar é que sua ausência promove o reforço do papel temático do grupo nominal no nexos oracional como um todo, permitindo organizar o discurso em uma série coesiva que reforça a atribuição de culpa, uma vez que a distribui a diversos grupos/atores sociais.

Além disso, deve-se observar que a estrutura apresenta duas unidades informacionais – *Culpa da banda // que usou fogos de artifício no palco*. Nesse sentido, no que tange à primeira unidade, tematiza-se a *culpa*, tida como Dado, ao passo que o Novo cai no Rema e recebe acento entonacional; no caso, a *banda*. A estratégia autoral consiste, portanto, em realizar coesão por repetição temática, reiterando, para o leitor, que trata da questão da atribuição de culpa, enquanto destaca, entonacionalmente, os agentes a quem ela é atribuída. A estrutura hipotática atua no sentido de justificar a culpabilização, apontando os processos *materiais* realizados por tais atores e em que medida eles se relacionam à instanciação do evento trágico.

Note-se que o ato de *usar fogos de artifício no palco* é associado tanto à banda, na medida em que essa é construída como Ator do processo, quanto aos donos da boate, uma vez que eles se configuram no Iniciador, por *permitirem* a ação que atua como gatilho do incêndio. Nesse sentido, a responsabilização maior recai sobre eles – o Iniciador viabiliza a agência do Ator, incitando-o a praticar o processo ou removendo os obstáculos inerentes à sua realização, o que implica maior poder e a capacidade de impedir o impacto físico-social explicitado no processo.

A voz autoral vai além e também correlaciona o ato de *construir o espaço de lazer com material combustível* ao ato de *autorizar a construção do local sem as necessárias cautelas*, processos atribuídos, respectivamente, aos *donos da boate* e às

autoridades. Nesse sentido, há novamente uma relação entre Ator e Iniciador e, portanto, maior responsabilização atribuída aos últimos. Deve-se observar que a voz autoral instancia o epíteto interpessoal *necessárias* em adjunção ao núcleo nominal *cautelas*, de modo a associar-lhe um valor deôntico, invocando, assim, um *juízo* de *impropriedade* em relação à ação das autoridades, uma vez que elas não cumprem sua função de modo correto e ético, ignorando aquilo que seria sua obrigação. No que tange aos *fiscais*, a crítica ainda é mais direta, uma vez que esses são apresentados como atores que não realizam a atividade intrínseca à sua função – *Culpa dos fiscais que não fiscalizaram*. Note-se que a *negação*, como recurso de *contração dialógica*, permite inferir que eles deveriam fiscalizar; entretanto, sua atuação real ocorre em disjunção ao esperado e, em consequência disso, tal grupo social é destituído da atividade que os identifica, na medida em que *ser fiscal* implica *fiscalizar*.

A carta abaixo, diferente da anterior, que atribui culpa a agentes diretos e indiretos, foca apenas na esfera pública, governamental. Veja-se:

- (5) Agora todos estão querendo achar os culpados pela *tragédia*. Na minha opinião, as autoridades de Santa Maria e do Rio Grande do Sul têm grande parte da responsabilidade sobre a *tragédia*. Como é possível que uma boate onde cabem mais de 600 pessoas e que existe há um bom tempo tenha **apenas** uma porta de saída? Na concessão do alvará de funcionamento, **não** é possível que o Corpo de Bombeiros e a Prefeitura de Santa Maria **não** tenham, de alguma forma, notado essa *terrível* falha (Homem, São Paulo, SP, 30 jan. 2013).

O texto começa pela instanciação de um processo *material* no qual o Ator *todos*, de caráter genérico, é responsabilizado pelo ato de *achar* os culpados, modalizado pelo verbo *querer*, que instancia *inclinação* e, portanto, disposição para a ação, sob o escopo do circunstancial de localização temporal presente *Agora*. Nesse sentido, o que se destaca é a construção de um envolvimento geral voltado à vontade de encontrar respostas, em um esforço de responsabilização e culpabilização *a posteriori*. Tal esforço coletivo atua como *background* para o posicionamento pessoal da voz autoral, que marca, explicitamente, com a circunstância de ângulo *Na minha opinião*, elemento de *expansão dialógica*, seu ponto de vista diante dessa busca.

O argumento central consiste na seguinte pergunta retórica – Como é possível que uma boate onde cabem mais de 600 pessoas e que existe há um bom tempo tenha **apenas** uma porta de saída?

A partir dela, é possível compreender a indignação autoral e a atribuição de culpa ao poder público. Inicialmente, deve-se observar que a interrogação

implícita que a boate não deveria ter uma única porta de saída, estabelecendo tal posicionamento como premissa, o que é explicitamente marcado pelo quantificador e adjunto de contra-expectativa *apenas*. Além disso, a menção ao número de pessoas presentes, graduado por *quantificação – mais de 600 pessoas –*, e ao tempo de existência da boate – *que existe há um bom tempo –*, também graduado em termos altos, intensifica a voz alternativa de impossibilidade e ressalta a *incapacidade e impropriedade* das autoridades, uma vez que a elas se atribui a omissão de não perceber o óbvio e, assim, não bloquear a emergência do evento trágico, conforme se permite entrever da construção autoral.

Os segmentos acusatórios que se seguem ilustram o exposto – 1. [...] as autoridades de Santa Maria e do Rio Grande do Sul têm grande parte da responsabilidade sobre a *tragédia* e 2. Na concessão do alvará de funcionamento, **não** é possível que o Corpo de Bombeiros e a Prefeitura de Santa Maria **não** tenham, de alguma forma, notado essa *terrível* falha.

A construção autoral amplia o efeito de responsabilização sobre o governo. Na primeira acusação, tal ampliação é ainda favorecida pela instanciamento do recurso de *gradação* alta *grande parte da*, que reforça o grau de responsabilização do Portador *as autoridades de Santa Maria e do Rio Grande do Sul*. No segundo caso, a construção apresenta uma *negação* que incide tanto na modalidade (*modus*) quanto na proposição em si (*dictum*), potencializando a *incapacidade/incompetência* do Corpo de Bombeiros, o que colabora para instaurar um quadro de *indignação*.

O esquema abaixo permite pormenorizar a construção:

1. Incidência da negação no *dictum* (subtraindo os recursos de gradação e atitude instanciados): *O Corpo de Bombeiros e a Prefeitura de Santa Maria não notaram essa falha*. Note-se que o enunciado apresenta *contração dialógica* e, portanto, anula a voz alternativa implícita de que os Experienciadores poderiam ter percebido a falha.
2. Incidência de apreciação e gradação: *O Corpo de Bombeiros e a Prefeitura de Santa Maria não notaram, de alguma forma, essa terrível falha*. O acréscimo da apreciação de valor social *terrível*, que também pode ser entendida como um recurso de *gradação*, no âmbito da *força* alta, acentua a *incapacidade* dos Experienciadores e aumenta o impacto da responsabilização do poder público, na medida em que a falha é potencial causadora de *afetos negativos*. O item lexical *terrível* consiste em uma instância de *apreciação* desiderativa de *impacto*, recurso utilizado para associar um evento ou objeto semiótico e abstrato à vazão emocional, no caso, à *infelicidade* ou à *insatisfação*. O recurso de *alguma forma*, elemento de *gradação*, associado ao *foco* em termos de *ofuscamento/amenização*, exponencializa a *incapacidade* de percepção, processo *mental* inferior. Nesse sentido, a acusação autoral perpassa uma

construção em que o poder público é destituído da mínima capacidade perceptiva, subtraindo-lhe qualquer competência no que tange à fiscalização, o que serve como gatilho para a emergência de valores *afetivos* negativos.

3. Incidência de modalização sob escopo da polaridade negativa: *Não é possível que o Corpo de Bombeiros e a Prefeitura de Santa Maria não tenham, de algum forma, notado essa terrível falha.* A *negação* sobre a modalidade epistêmica refuta a voz alternativa que assume como possível o poder público não ter notado a falha. Nesse sentido, há uma interdição da possibilidade de incompetência máxima construída no *dictum*, o que viabiliza a invocação de um novo *juízo* – o de *sanção social*, por *propriedade negativa* –, fazendo emergir uma acusação latente de *corrupção*, única capaz de justificar a instanciação de tal acontecimento, tendo em vista o posicionamento autoral. É importante ressaltar que o valor de *corrupção* será reiterado em diversas cartas do *corpus*, especialmente nas que atualizam a sequência retórico-afetiva de *indignação*, a ser exposta na próxima seção.

Além dos agentes diretos – banda, donos da boate e seguranças – e do poder público – governo, bombeiros, fiscais –, os missivistas também incluem a própria população no rol dos responsáveis pela tragédia. As cartas abaixo constituem-se em exemplares de tal posicionamento:

- (6) Essa *tragédia* é fruto da nossa profunda *corrupção* pessoal e política, da *gaiatice* que ronda qualquer tema ligado à segurança, da nossa *incapacidade* de levar qualquer coisa a sério que **não** envolva lucro imediato. Essa *tragédia* está sendo construída há séculos, e **ainda não** acabou. (Homem, São Paulo, SP, 30 jan. 2013)
- (7) As esferas municipais, estaduais e federal são responsáveis pela *catástrofe* ocorrida em Santa Maria, por **não** terem feito a lição de casa, e também o povo brasileiro, por **não** ter cobrado isso delas. Todos somos *culpados*. (Mulher, São Paulo, SP, 31 jan. 2013)

A primeira carta constrói a *tragédia* como Portador de um processo *relacional circunstancial* metafórico de *causa*, encabeçado pelo núcleo nominal *fruto*, pós-modificado por grupos preposicionais que explicitam as atitudes que atuam como gatilhos do evento. Note-se que a construção é cerceada por inúmeros recursos que ampliam os *juízos*. No primeiro grupo preposicional – da nossa profunda *corrupção* pessoal e política –, os termos *pessoal* e *política* atuam como classificadores de *corrupção*, valor de *sanção social negativo* associado à ação genérica da população, grupo no qual a voz autoral se inclui por meio do pronome de primeira do plural *nossa*. Além disso, o epíteto interpessoal *profunda* atua como

recurso de gradação, intensificando a *atitude negativa*, de forma a construí-la como arraigada na população.

Na sequência, o segundo grupo preposicional ressalta outro valor de *sanção social negativa* – da gaiatice que ronda qualquer tema ligado à segurança. Nesse caso, constrói-se a segurança como um ponto de omissão geral, cuja extensão é garantida pelo recurso de quantificação *qualquer*, que aplica tal valor a todos os elementos de um conjunto abstrato constituído por tópicos sobre segurança.

Por fim, o terceiro grupo preposicionado ligado ao núcleo nominal *fruto* envolve um *juízo de estima social negativa* – da nossa incapacidade de levar qualquer coisa a sério que **não** envolva lucro imediato. Esse grupo atualiza dois valores que são reiterados durante as cartas. Em primeiro lugar, o *juízo de incapacidade*; em segundo lugar, o *juízo de impropriedade*, uma vez que se destitui a população de *seriedade* no que se refere a situações que não envolvam lucro. Veja-se que a opção autoral pela negativa oculta a voz alternativa de que há seriedade em questões nas quais se torna viável a vantagem financeira, invocando uma crítica à atitude de supervalorização do material sobre o humano.

A segunda carta é igualmente mordaz com a população, uma vez que a responsabiliza pela tragédia devido ao fato de não cobrar do governo as atitudes necessárias. A *negação* ligada à atitude da população – *não ter cobrado isso delas* – implica uma noção de dever, ou seja, de que se trata de uma obrigação do cidadão exercer tal cobrança. Nesse sentido, a omissão torna-se novamente tema da acusação autoral. A população lamenta e exige *a posteriori*, mas é construída como indolente na prevenção. O ato de incluir-se no âmbito da culpa, como pode ser depreendido em *Todos somos culpados*, gera um efeito de identificação entre produção e leitor e, nesse sentido, assume viés autocrítico, já que a *condenação* não se foca nos agentes diretos, mas essencialmente nos indiretos, ou seja, naqueles que permitiram a ocorrência. Em termos semânticos, pode-se afirmar que *governo* e *população* são tratados como Iniciadores da tragédia e, portanto, como os grandes culpados de fato.

A tabela abaixo resume as incidências de culpabilização nas cartas da *Folha de S. Paulo*. Nela, pode-se notar como a os agentes mais diretamente associados ao incêndio tendem a figurar nas missivas publicadas nos primeiros dias, enquanto a implicação dos agentes indiretos tende a se intensificar posteriormente:

Tabela 2: Construção discursiva da culpa

Agentes culpabilizados (em continuum de envolvimento)	Número da carta no corpus	Quantidade absoluta e relativa de cartas
Banda	01, 04, 25, 31	4 – 10,8%
Seguranças	02, 03	2 – 5,4%
Donos da boate	01, 02, 10, 11, 25, 31, 37	7 – 19%
Poder público: fiscais	01, 04, 06, 11, 16, 22, 25, 33	8 – 21,6%
Poder público: governo	14, 21, 26, 33, 34	5 – 13,5%
Poder público: genérico	01, 10, 14, 16, 18, 25, 31, 32	8 – 21,6%
População: exclusão	32, 33	2 – 5,4%
População: inclusão	07, 15, 21	3 – 8,1%

4.4 A construção discursiva da indignação

A construção do *afeto* de *indignação* permeia um grande número de cartas do leitor acerca do incêndio na boate Kiss. O valor não é explicitamente inscrito, mas é invocado pela instanciação de outras *atitudes* e por meio de estruturas representacionais que o implicam. De modo geral, tal *afeto* se apoia na avaliação negativa das consequências de um evento que poderia ter sido evitado. No caso das cartas do leitor da *Folha de S. Paulo*, a *indignação* parece operar sob o seguinte esquema discursivo-textual subjacente, denominado *seqüência retórico-afetiva de indignação*¹⁶:

16 Deve-se ressaltar que as etapas não são necessariamente discretas nem precisam seguir uma ordem sequencial e cronológica. Ademais, a etapa 8 parece estar ligada apenas a textos exortativos.

1. Existe uma classe de eventos x;
2. x traz consequências negativas y;
3. Há condições e existe possibilidade de se evitar a ocorrência de x;
4. Espera-se que x não aconteça;
5. O evento P, instância de x, ocorre e acarreta, novamente, consequências y, quebrando a expectativa de não ocorrência prevista em 4;
6. Julgamentos de sanção e estima social, especialmente ligados à injustiça, à omissão ou à incompetência, são ativados em relação à inércia no que tange ao alcance da resolução prevista em 3;
7. y atua como gatilho de reações afetivas negativas, dentre elas, a indignação, vista como uma reação de insatisfação/infelicidade a efeitos potencialmente injustos, que sincretiza o desejo de subversão das condições de ocorrência de x;
8. A indignação pode servir de gatilho para ações ligadas ao reforço de 3, visando a reforçar as condições para o bloqueio de x e, portanto, para o desaparecimento de y.

Quadro 1: A sequência retórico-afetiva de indignação

As cartas a seguir instanciam, de modo mais ou menos explícito, o processo anterior e constituem-se em exemplares textuais que permitem depreender a construção da *indignação* da *vox populi* diante da tragédia:

- (8) É preciso uma *tragédia* como essa para que as autoridades pensem em fazer o seu papel: fiscalizar. É *inadmissível* um local funcionar sem alvará. *Infelizmente*, muitas vidas se perderam para que fosse mostrado o descaso dos órgãos públicos. (Mulher, São Paulo, SP, 30 jan. 2013)
- (9) A *tragédia* na boate Kiss é mais do mesmo – o mesmo que vimos a cada ano. Quantos mais precisarão morrer em deslizamentos, enchentes e em estabelecimentos *inadequados*? Sempre após uma *tragédia* surge uma onda de *excesso de zelo e de promessas*. **Porém** nada de concreto aparece. **Já** passou da hora de mudar esse cenário. Ou as autoridades competentes mudam de posição ou a sociedade muda de atitude, fazendo com que as transformações sejam efetivamente implantadas. (Homem, São Vicente, SP, 05 fev. 2013)

A primeira carta já inicia a construção do quadro de *indignação* no primeiro enunciado, uma vez que concebe a tragédia como meio necessário para que as autoridades façam o trabalho que é de sua competência. Entretanto, a estrutura apresenta pormenores importantes. Inicialmente, veja-se que a voz autoral constrói uma estrutura *relacional* que apresenta um Atributo de valor deôntico – *preciso* – cujo Portador é o grupo nominal expandido *tragédia como essa*. A construção favorece a interpretação da existência de uma fonte de validade externa – social – para a

representação. Desse modo, o missivista associa a sua voz a um posicionamento de senso comum, de maior validade, dentro da comunidade de leitores.

Tal enunciado *relacional* serve como oração primária de uma estrutura hipotática de *resultado* que liga, diretamente, a tragédia a uma atitude *mental* – e não prática – das autoridades. Em outros termos, é somente mediante o gatilho do evento trágico que o poder público entra em uma atitude de disposição cognitiva a agir. A estrutura autoral contamina, em termos interpessoais, a atuação das autoridades, fazendo emergir um *juízo* de *sanção social* no campo da *impropriedade*.

Note-se que a atividade que a voz autoral associa a esse grupo é aquela que representa a sua própria função – *fiscalizar*. E é justamente essa função que a missivista concebe como não realizada, uma vez que se trata justamente da prática responsável pela prevenção de incidentes trágicos. Em termos do esquema discursivo-textual de *indignação*, tem-se, neste complexo oracional, a operação 5 – ocorrência do evento P – e a 3, uma vez que se implica que a fiscalização poderia configurar-se em uma condição que evitasse a instanciação de P, muito embora ela não ocorra de modo adequado.

O enunciado seguinte apresenta uma oração-fato por meio de uma nova estrutura *relacional* objetificada, na qual o Atributo apresenta teor *negativo* e instaura *contração dialógica*, cancelando a alternativa de que seria possível conceber o funcionamento de um local sem alvará. Observe-se: É *inadmissível* um local funcionar sem alvará.

Nesse sentido, a voz autoral constrói tal realidade como um fato tão negativo que não se pode sequer assumir uma atitude *cognitiva* de aceitação diante dele – *inadmissível*. Nesse sentido, o *juízo* sobre a ação do poder público torna-se ainda mais *negativo*, extrapolando tanto a *impropriedade*, quanto a *incapacidade*, chegando a tangenciar a *ausência de tenacidade* (omissão), o que materializa a operação discursivo-textual 6.

O termo *descaso*, instanciado no último complexo oracional, explicita esse posicionamento, uma vez que sincretiza *propriedade* e *tenacidade negativas*. Além disso, veja-se que a construção é encabeçada pelo advérbio afetivo *Infelizmente* – operação 7 –, de escopo enunciativo, que constrói o posicionamento autoral diante do que se afirma; no caso, trata-se da associação entre a consequência negativa y – perda de muitas vidas (note-se que o grupo nominal é quantificado em termos altos) – e da inabilidade de resolução do grupo responsável, elementos que servem de gatilho para a *indignação*.

A segunda carta, que também atualiza a sequência de *indignação*, atua, contudo, por outro ângulo. Inicialmente, instancia o discurso de contínuismo presente nas missivas, uma vez que constrói a incidência de episódios trágicos no país como constante, considerando tal reiteração como negativa e potencialmente

evitável, o que corresponde às operações 1, 2 e 5. Veja-se o trecho inicial: A tragédia na boate Kiss é mais do mesmo – o mesmo que vimos a cada ano. Quantos mais precisarão morrer em deslizamentos, enchentes e em estabelecimentos inadequados?

A pergunta retórica que tematiza a quantidade ulterior de mortes consiste justamente no questionamento da consequência negativa dos eventos trágicos reiterados, ao mesmo tempo em que atua como meio de implicitação de um *juízo* de omissão por parte dos agentes sociais envolvidos. No caso, tal construção não só incidirá sobre as autoridades, mas também sobre a população de modo geral, conforme o trecho final da carta permitirá detectar.

O excerto seguinte permite depreender mais uma operação da construção de *indignação*: Sempre após uma tragédia surge uma onda de excesso de zelo e de promessas. **Porém** nada de concreto aparece. **Já** passou da hora de mudar esse cenário.

O processo existencial encabeçado pela forma verbal *surge*, cujo Existente consiste na *onda de excesso de zelo e de promessas*, encontra-se associado à circunstância de tempo/frequência *sempre após uma tragédia*. Nesse sentido, a voz autoral constrói como fato reiterado não só a existência plural de tragédias, como também a reação típica dos agentes sociais, construindo-a a partir de valores que exacerbam compromisso e respeito, revelando *propriedade*. Entretanto, tal construção é realizada a partir do núcleo nominal metafórico *onda*, elemento que permite depreender o teor passageiro, mas intenso, da atitude.

As duas orações seguintes, contudo, apresentam elementos de *contração dialógica* que colaboram para a continuidade da sequência de *indignação*, matizando os aspectos positivos da oração inicial. Primeiramente, a conjunção *porém* permite depreender a alternativa dialógica de que a *onda de zelo e promessas deveria levar a uma mudança concreta*; entretanto, a voz autoral bloqueia tal possibilidade, mostrando que a expectativa de uma atitude de *propriedade* reativa ao evento *negativo* não sai do campo teórico. O recurso *já* atua em complementação ao enunciado anterior, na medida em que constrói a mudança do cenário como algo que deveria ter ocorrido anteriormente, associando a essa possibilidade um valor positivo; entretanto, devido à inércia dos agentes sociais envolvidos, a mudança não ocorre de fato. Tal construção consiste, portanto, em uma atualização virtual da operação 8, que prevê a materialização de atitudes que reforcem as condições de não ocorrência de eventos trágicos. Contudo, tais atitudes são construídas pela voz autoral como formas de resistência transitória, sendo insuficientes para um reforço real de 3. A subversão factual não ocorre; tem-se apenas o desejo. Em consequência disso, a *insatisfação* e a *insegurança* – reações afetivas previstas em 7 – podem ser invocadas.

O último segmento, entretanto, apresenta a operacionalização explícita da operação 8, que consiste na etapa de comandos/solução do modelo exortativo de texto – Ou as autoridades competentes mudam de posição ou a sociedade muda de atitude, fazendo com que as transformações sejam efetivamente implantadas.

A estrutura alternativa constrói dois possíveis caminhos de articulação de mudança, ambas pressupondo que a atuação presente é *negativa* e *insuficiente*. Note-se que os Atores são, em primeiro lugar, *as autoridades competentes* e, em segundo lugar, *a sociedade*, atribuindo a culpa pela inércia a ambos os grupos. Entretanto, a oração finita (reduzida de gerúndio) apresenta uma estrutura causativa na qual a *população* é construída como Iniciador do processo de implantar transformações; ademais, o termo de *gradação*, no campo do *foco* – *efetivamente* –, atua como índice de que as transformações não ocorrem de fato, associando a mudança real a uma atuação viabilizada pela população. Em consequência disso, é a esse grupo que a voz autoral atribui poder – apagando o Ator das transformações, uma vez que opta por uma estrutura passiva, muito embora se possa inferir que se trate do poder público. Tal prática constituir-se-ia, justamente, no elemento necessário para que se solucionassem os problemas da realidade presente negativa, passível de *indignação*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi descrever e analisar a negociação intersubjetiva nas cartas do leitor publicadas na *Folha de S. Paulo*, no que se refere ao incêndio ocorrido na boate Kiss, em Santa Maria, em janeiro de 2013, evento trágico que culminou no falecimento de centenas de jovens.

Em primeiro lugar, buscou-se examinar a estrutura negociativa dos textos, que se revelou, primariamente, crítica e exortativa. Textos críticos tendem a associar-se mais diretamente ao polo do convencimento – *levar a crer* –, enquanto textos exortativos tendem a vincular-se ao polo da persuasão – *levar a fazer*. Nesse sentido, enquanto os primeiros constroem um quadro negativo do *status quo*, voltado a levar o leitor a aceitar tal posicionamento autoral como real ou factual, textos exortativos instituem tal quadro negativo como premissa para uma incitação à mudança da realidade, por meio da ação da comunidade leitora, do Estado ou de outras instituições.

Ambos os modelos são fortemente avaliativos e são marcados por um alto índice de *juízos* de *estima* e *sanção social negativos*, com especial destaque à *capacidade*, à *tenacidade* e à *propriedade*. A construção afetiva também se destaca, em especial no que tange aos eixos de *felicidade* e *satisfação negativos*, decorrente, especialmente, da estruturação de uma sequência retórico-afetiva de *indignação*.

A *indignação* foi tratada como uma reação *afetiva* que sincretiza *insatisfação* e *infelicidade*, oriunda da instanciação de um evento P, pertencente a uma classe de eventos x cujas consequências são negativas e cuja ocorrência poderia ter sido evitada, caso houvesse capacidade, tenacidade ou ética suficiente na atuação social para impedir a sua atualização. Nesse sentido, a sequência da *indignação* é complementar à estrutura crítica e exortativa, uma vez que ambos os modelos negociativos podem ser atualizados para viabilizar tal construção, com a diferença de que, no exortativo, uma última etapa é acrescentada à sequência retórico-afetiva de *indignação*: o comando potencial para o reforço das condições que bloqueiam a ocorrência indesejada de eventos x.

Além disso, procurou-se examinar as formas de construção da culpabilização dos atores sociais envolvidos na tragédia, atentando para as diferenças entre o grau de responsabilização atribuído aos agentes diretamente ligados ao acontecimento – banda, seguranças e donos da boate – e os associados indiretamente – o poder público e a população.

Por fim, buscou-se mostrar que as representações a que se vincula a *indignação* de diversas vozes autorais formam uma rede interdiscursiva coesa, que justifica tal reação emotiva. Dentre eles, destacam-se: 1. o discurso da prevalência do material sobre o humano; 2. o discurso do continuísmo alimentado pelo des-caso governamental e pela omissão popular; e 3. o discurso da preponderância do remediar sobre o prevenir. Tais representações sociosemióticas configuram uma rede intervocálica que integra grande parte dos missivistas cujos textos foram publicados e parecem constituir um conjunto de pressupostos sobre os quais as críticas, as exortações e mesmo a indignação são construídas.

REFERÊNCIAS

Bazerman C. 2005. Gêneros Textuais, Tipificação e Interação. Dionísio AP, Hoffnagel JC (orgs.). São Paulo: Cortez.

Fairclough N. 2007. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.

Fairclough N. 2010. *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. 2nd edition. Harlow: Longman Applied Linguistics.

Gonçalves Segundo PR. 2011. *Tradição, estabilidade e dinamicidade nas práticas discursivas: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana*. Tese de

Doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Halliday M, Matthiessen C. 2004. Introduction to Functional Grammar. 3ª ed. London: Hodder Arnold.

Hasan R. 2009. The place of context in a systemic functional model. In: Halliday MAK, Webster J (org.) Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics. London: Continuum International, 166-189.

Lemke J. 2005. Textual politics: Discourse and Social Dynamics. London: Taylor & Francis.

Lima-Lopes RE, Ventura CSM. 2008. A transitividade em Português. Direct Papers 55. Consultado em: <http://www2.lael.pucsp.br/direct/DirectPapers55.pdf>

Martin J, White P. 2005. The language of evaluation: appraisal in English. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan.

Matthiessen C. 2009. Ideas and new directions. In: Halliday M, Webster J (org.). Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics. London: Continuum, pp. 12-58.

Melo JM. 2003. Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira.

Reboul O. 2004. Introdução à Retórica. São Paulo: Martins Fontes.

White P. 2004. Valoração – a linguagem da avaliação e da perspectiva. Linguagem em (Dis)curso – LemD, 4, n. esp., pp. 178-205.

Recebido em: 14/11/13

Aprovado em: 07/04/13